

INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG

Termo de Referência 120/2026

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

Editado por

LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA

Atualizado em

26/05/2026 09:48 (v 0.8)

120/2026

158137-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		23346.001002.2026-58

1. Definição do objeto

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90609/2026 (SRP)
PROCESSOS 23346.001002.2026-58

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de manutenção corretiva, instalação, adequação, diagnóstico, monitoramento e fornecimento eventual de peças, componentes e acessórios para biodigestor modelo canadense com lona coberta, instalado no setor de suinocultura do IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Item	Catserv	Descrição detalhada	Unidade	Qtde	Valor Unitário (Estimado)	Valor Total (Estimado)
	01	14656	Prestação de serviços de manutenção corretiva em biodigestor modelo canadense com lona coberta. Descrição das atividades: Execução de serviços técnicos especializados relacionados ao biodigestor modelo canadense com lona coberta, instalado no setor de suinocultura do IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho. Os serviços deverão contemplar diagnóstico e avaliação das condições atuais do sistema; execução de serviços de instalação, adequação e manutenção corretiva; verificação da integridade estrutural da manta/lona, tubulações, válvulas, conexões e demais componentes; correção de eventuais falhas operacionais; limpeza e desobstrução do sistema, quando necessário; orientação técnica quanto à operação adequada do biodigestor e ao manejo dos dejetos suínos; monitoramento do funcionamento do sistema, incluindo a produção de biogás e a eficiência do processo; e emissão de relatórios técnicos detalhados das atividades realizadas. Os serviços serão prestados sob demanda, sendo acionados de acordo com as necessidades da instituição.	Hora	800	R\$ 750,00	R\$ 600.000,00

01		Fornecimento de peças, componentes e acessórios para biodigestor (se necessário).				
02	14656	<p>Descrição das atividades: Fornecimento eventual de peças, componentes e acessórios necessários à manutenção do biodigestor modelo canadense com lona coberta, incluindo, mas não se limitando a manta /lona, tubulações, conexões, válvulas, registros e demais itens indispensáveis ao adequado funcionamento do sistema. A substituição das peças será realizada conforme necessidade identificada durante a execução dos serviços de manutenção.</p> <p>*****ITEM NÃO ABERTO PARA LANCES*****</p> <p>OBS: O fornecedor deverá, obrigatoriamente, registrar no sistema Compras.gov.br a quantidade e o valor total constantes deste Termo de Referência, sem aplicação de descontos ou alteração dos valores estimados. O referido item possui natureza estimativa e complementar ao item 01, não sendo objeto de disputa de lances. Sua utilização ocorrerá exclusivamente sob demanda, mediante justificativa técnica, comprovação da necessidade, prévia autorização da Administração e posterior ateste da fiscalização contratual.</p>	Ticket	3.000*	R\$ 100,00*	R\$ 300.000,00*

(*) O item 02 não constitui remuneração automática da contratada, nem autoriza pagamento sem comprovação da efetiva necessidade, fornecimento, compatibilidade de preços e aceite da fiscalização contratual.

1.1.1. Para efeitos de execução contratual e faturamento, considera-se como hora o intervalo de 60 (sessenta) minutos.

1.1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.1.3. A contratada deverá emitir Nota Fiscal de Serviços para o item 01 e Nota Fiscal de Material para o item 02, aplicando-se a tributação correspondente a cada natureza, conforme a legislação vigente.

1.1.4. O item 02 prevê a utilização de ticket no valor de R\$ 100,00 (cem reais), destinado à substituição, aquisição ou reposição de peças, acessórios e utensílios, conforme necessidade da Administração e mediante demanda formal;

1.1.5. A empresa deverá contratar técnicos devidamente habilitados, capacitados e treinados para a execução dos serviços.

1.1.6. A contratada assumirá responsabilidade total por acidentes de trabalho, danos à saúde ou à integridade física de seus Técnicos e Auxiliares Técnicos, ocorridos durante a execução dos serviços, isentando a contratante de qualquer responsabilidade.

1.1.7. A contratada será integralmente responsável por quaisquer danos causados a terceiros ou ao patrimônio público, decorrentes da execução dos serviços, respondendo civil, administrativa e judicialmente pelos prejuízos apurados.

1.1.8. Compete à contratada o cumprimento integral da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e de segurança do trabalho, não gerando à contratante qualquer vínculo ou responsabilidade solidária ou subsidiária.

1.1.9. A contratação será realizada por grupo único, composto pelos itens 01 e 02, em razão da interdependência técnica entre a prestação dos serviços de manutenção e o fornecimento eventual de peças, componentes e acessórios.

1.1.10. Justifica-se o agrupamento dos itens em razão da interdependência técnica entre a prestação dos serviços de manutenção do biodigestor e o fornecimento eventual de peças, componentes e acessórios necessários à execução das intervenções. A contratação separada dos itens poderia comprometer a eficiência da execução contratual, gerar dificuldades de responsabilização técnica, atrasos na solução de falhas e incompatibilidade entre os serviços executados e os materiais empregados. Assim, o agrupamento visa assegurar maior eficiência, economicidade, controle da execução, padronização técnica e adequada responsabilização da contratada pelo pleno funcionamento do sistema.

1.2. Muitas vezes, o sistema (SIDECE), através do qual são lançados os produtos constantes no Anexo I do Edital de licitação, para disponibilizar inclusão da proposta por parte dos fornecedores, não possui descrição compatível com a dos produtos a serem adquiridos e por isso são registrados utilizando-se sinônimos, genéricos ou similares. Portanto, as propostas deverão ter como parâmetro a descrição completa dos itens constante neste Termo de Referência.

1.3. O item 02 possui natureza estimativa e complementar ao item 01, destinando-se exclusivamente ao fornecimento eventual de peças, componentes e acessórios necessários à manutenção do biodigestor, quando previamente autorizado pela Administração. Por essa razão, o referido item não será objeto de disputa de lances, devendo o licitante replicar no sistema Compras.gov.br a quantidade e o valor total constantes deste Termo de Referência. A utilização do saldo correspondente ao item 02 dependerá de demanda formal, justificativa técnica, comprovação da necessidade e autorização expressa da fiscalização contratual.

1.4. Do item 02 - "Ticket"

1.4.1. O empenho será realizado sempre em múltiplos de R\$ 100,00 (cem reais). Todavia, o pagamento à Contratada será efetuado exclusivamente pelo valor efetivamente utilizado na manutenção, devidamente comprovado por meio da respectiva documentação fiscal.

1.4.2. Entretanto, para fins de faturamento/pagamento, quando o valor do pedido for superior ou inferior ao valor correspondente a 01 (um) ticket, poderá haver seu fracionamento ou complementação, conforme o preço unitário proposto pela contratada (o item poderá ser fracionado para fins de pagamento).

1.4.3. Todos os materiais, acessórios, componentes, peças e demais itens fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, devidamente acondicionados em embalagem original e acompanhados de manual técnico ou documentação equivalente, quando aplicável;

1.4.4. É vedado, em qualquer hipótese, o fornecimento de materiais, acessórios, componentes, peças ou quaisquer outros itens que não sejam novos e de primeiro uso, sendo expressamente proibidos itens seminovos, usados, reconicionados ou remanufaturados;

1.4.5. A Contratada responderá pela qualidade dos materiais fornecidos e dos serviços executados, obrigando-se a sanar, às suas expensas, quaisquer vícios, defeitos ou incorreções constatados durante a vigência contratual, sem prejuízo da garantia do fabricante.

1.5. Os materiais fornecidos deverão atender integralmente aos requisitos mínimos de qualidade, funcionalidade, durabilidade e segurança previstos nas normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como a outras normas regulamentares aplicáveis.

1.6. O fornecimento de peças (item 02), quando houver necessidade de substituição ou reposição, deverá ser precedido da apresentação de, no mínimo, 03 (três) orçamentos prévios, contendo preços compatíveis com o mercado. Os orçamentos deverão ser emitidos por empresas distintas e formalizados por meio oficial (assinatura, carimbo, documento timbrado ou outro meio idôneo de comprovação). A documentação deverá ser encaminhada ao Fiscal do Contrato, que procederá à análise da compatibilidade dos valores com os preços de mercado e, estando regulares, autorizará formalmente o fornecimento. A autorização para aquisição das peças somente ocorrerá após a manifestação formal do Fiscal do Contrato, atestando a adequação dos valores aos preços praticados no mercado.

1.6.1. Entre os 03 (três) orçamentos apresentados, deverá ser adotado o de menor valor, desde que compatível com as especificações técnicas e com a necessidade da Administração;

1.6.2. Caso não seja possível a apresentação de 03 (três) orçamentos, a Contratada deverá encaminhar justificativa fundamentada, por escrito, cabendo ao Fiscal do Contrato avaliar sua pertinência e deliberar quanto à autorização do fornecimento;

1.6.3. Sempre que julgar pertinente, o Fiscal do Contrato poderá promover pesquisa complementar de preços no mercado, com o objetivo de verificar a compatibilidade dos valores apresentados e subsidiar a autorização do pagamento.

1.7. Os licitantes deverão apresentar em suas propostas todas as características dos serviços e materiais oferecidos, conforme especificado na tabela do subitem 1.1. O item 02 não será objeto de disputa de lances, devendo o fornecedor replicar no sistema Compras.gov.br o valor estimado estabelecido neste Termo de Referência.

1.8. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contado da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021;

1.9. Faz parte desta contratação o Estudo Técnico Preliminar, Apêndice I deste Termo;

1.10. A Cotação de preços unitários e totais deve estar em moeda nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 casas decimais após a vírgula (ex. R\$ 0,01), observando-se as especificações necessárias indicadas no Anexo I.

1.11. Todas as despesas diretas e indiretas necessárias à execução dos serviços deverão estar integralmente previstas e incluídas no valor final da proposta, não sendo admitida a cobrança adicional de quaisquer custos, tais como alimentação, hospedagem, transporte, combustíveis, manutenção, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou quaisquer outros que venham a incidir sobre a execução contratual.

1.12. A participação nesta licitação significa pleno conhecimento de suas instruções, não cabendo, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o edital e seus anexos.

1.13. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

1.14. O contrato (Anexo III) oferece mais detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.15. Por se tratar de Registro de Preços, a Administração não se obriga a contratar a totalidade, nem qualquer quantitativo dos serviços registrados, ficando a contratação condicionada à disponibilidade de recursos financeiros e à efetiva necessidade da instituição.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme informações disponíveis no PNCP de 2026.

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1. A contratada deverá observar critérios de sustentabilidade na execução dos serviços, especialmente quanto ao manejo adequado de resíduos, descarte ambientalmente correto de materiais substituídos, prevenção de vazamentos, proteção do solo e dos recursos hídricos, uso racional de materiais e observância das normas ambientais aplicáveis.

4.2. As peças, componentes, embalagens e demais materiais eventualmente substituídos deverão receber destinação ambientalmente adequada, quando cabível, vedado o descarte irregular no ambiente ou nas dependências da Administração.

Indicação de marcas ou modelos

4.3. Na presente contratação não haverá indicação de marca ou modelo. Contudo, os materiais de reposição, peças, acessórios e componentes eventualmente fornecidos deverão ser tecnicamente compatíveis com o biodigestor modelo canadense com lona coberta instalado no setor de suinocultura do IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho, de modo a assegurar o adequado funcionamento do sistema. Os materiais deverão ser de primeira qualidade.

Garantia da contratação

4.4. Não será necessária a apresentação de garantia contratual, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.7. **A vistoria é FACULTATIVA**, caso tenha interesse realizar o agendamento, este será feito pelo e-mail: compras@muz.ifsuldeminas.edu.br ou pelo telefone (35) 3571.5101.

4.7.1. Grupo 01 (Itens 01 e 02) - Local da vistoria: IFSULDEMINAS-Campus Muzambinho - Estrada de Muzambinho Km 35, S/N - Zona Rural - Bairro Morro Preto - Muzambinho(MG) - Horário de Atendimento das 08h às 10:30h e das 14h às 16:30h.

4.7.2. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, das condições locais ou das peculiaridades do objeto, cabendo à contratada assumir os ônus decorrentes da execução contratual.

Subcontratação

4.8. É permitida a subcontratação parcial do objeto, desde que previamente autorizada pela Administração, limitada às atividades acessórias ou complementares, vedada a subcontratação total do objeto ou da parcela principal, consistente na execução dos serviços técnicos de manutenção, diagnóstico, adequação e correção do biodigestor.

4.8.1. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.8.2. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.8.3. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.8.4 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. A execução dos serviços ocorrerá sob demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço pela Administração, na qual deverão constar, no mínimo, a descrição da necessidade, local de execução, prazo de atendimento, estimativa de horas, eventual necessidade de peças ou acessórios e servidor responsável pelo acompanhamento. Nenhum serviço ou fornecimento de peça poderá ser executado sem prévia autorização formal da Administração, salvo em situação emergencial devidamente justificada e posteriormente ratificada pela fiscalização contratual.

5.1.1.1 Caso não seja possível iniciar a execução ou realizar o atendimento no prazo estabelecido, a contratada deverá comunicar formalmente as razões à Administração com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, para análise de eventual prorrogação, ressalvadas as situações de caso fortuito ou força maior.

5.1.2. A CONTRATADA deverá cumprir tudo o que diz respeito às normas de segurança do trabalho, obedecendo a normas regulamentadoras, leis complementares, portarias, decretos e também as convenções da Organização Internacional do Trabalho, ratificadas pelo Brasil, inclusive no que se refere à contratação de profissional para o acompanhamento e o cumprimento das normas; devendo integrar no preço final de sua proposta o exigido nas respectivas Convenções e legislações, com relação a uniformes e EPIs.

5.1.3. A empresa é obrigada a fornecer aos seus empregados, gratuitamente, equipamento de proteção individual adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados.” (art. 166 da Consolidação das Leis do Trabalho).

5.1.4. As empresas comprometem-se a fornecer, no ato da entrega e, periodicamente, cursos e treinamentos visando a correta utilização dos EPIs;

5.1.5. As empresas comprometem-se a fiscalizar o correto uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) por seus empregados, tais como uniformes, máscaras, botas, luvas, protetores auriculares, capas de chuva, etc.

5.1.6. Sendo os uniformes e EPI's, materiais e equipamentos destinados a proteger e preservar a saúde e integridade física do empregado, este deve utilizá-los, bem como mantê-los limpos e conservados em consonância com a NR 6, da portaria 3.214-78.

5.2. Os materiais empregados e a execução dos serviços deverão obedecer:

5.2.1. Às prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem de produtos, incluindo todas as descrições técnicas incluídas nos manuais de instalação e operação;

5.2.2. Às normas, especificações técnicas e rotinas constantes do termo de referência;

5.2.3. Às normas técnicas mais recentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia); em especial a:

5.2.3.1. A execução dos serviços deverá observar as normas técnicas aplicáveis ao objeto, especialmente as normas da ABNT, INMETRO, normas ambientais, normas de segurança do trabalho e demais regulamentos pertinentes à manutenção de biodigestores, instalações, tubulações, válvulas, conexões, sistemas de biogás e manejo de resíduos orgânicos, quando aplicáveis.

5.2.4. Às disposições legais federais, estaduais e municipais pertinentes;

5.2.5. Aos regulamentos das empresas concessionárias de energia, água e esgoto;

5.2.6. Às normas técnicas específicas, se houver;

5.2.7. Às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial as seguintes:

5.2.8. NR-6: Equipamentos de Proteção Individual - EPI;

5.2.9. NR-9: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;

5.2.10.. NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;

5.2.11. NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;

5.2.12. NR-23: Proteção Contra Incêndios;

5.2.13. À Resolução CONFEA nº 1025/2009 (Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e Acervo Técnico Profissional), se necessário;

Local da prestação dos serviços

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

5.3.1. Grupo 01 (Itens 01 e 02) - IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho - Estrada de Muzambinho Km 35, S/N - Zona Rural - Bairro Morro Preto - Muzambinho (MG) - Horário de Atendimento das 08h às 10:30h e das 14h às 16:30h - Setor de Suinocultura.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução dos serviços objeto deste termo de referência.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A medição dos serviços será realizada com base nas Ordens de Serviço efetivamente executadas e atestadas pela fiscalização contratual. Para o item 01, a medição ocorrerá por hora efetivamente trabalhada, considerando-se como hora o intervalo de 60 (sessenta) minutos, conforme registro em relatório técnico, limitado à quantidade autorizada na respectiva Ordem de Serviço. Para o item 02, o pagamento ocorrerá exclusivamente em relação às peças, componentes e acessórios efetivamente fornecidos, previamente autorizados pela Administração, acompanhados da respectiva documentação fiscal, dos orçamentos prévios exigidos e do ateste da fiscalização contratual. Ao final de cada atendimento, a contratada deverá apresentar relatório técnico contendo diagnóstico realizado, descrição dos serviços executados, quantidade de horas utilizadas, peças ou componentes substituídos, registros fotográficos quando necessários, recomendações de operação e manutenção, identificação do responsável técnico e ciência do servidor responsável pelo acompanhamento.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada e com base nos indicadores estabelecidos, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.2.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.2.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.2.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.2.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.3. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, **cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.**

7.4. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.5. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

7.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.8.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.8.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.8.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.13. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.14.1. o prazo de validade;

7.14.2. a data da emissão;

7.14.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.14.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.14.5. o valor a pagar; e

7.14.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.16. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.22. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do objeto e da regular liquidação da despesa.

Forma de pagamento

7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.26. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.27. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.28. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.29. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.30. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.31. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.32. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.33. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.34. O reajuste será realizado por Termo Aditivo.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento de menor preço por grupo, considerando o agrupamento dos itens 01 e 02, conforme justificativa constante deste Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional; Número de inscrição no Programa de Integração Social (PIS);

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Consórcio de empresas:** contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.24. A comprovação da qualificação econômico-financeira será realizada mediante a apresentação de uma das alternativas abaixo, facultada à licitante a escolha da forma que melhor atenda à sua condição jurídica e contábil:

8.24.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis já exigíveis e apresentadas na forma da lei, referentes ao último exercício social exigível, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

8.24.2. Comprovação de capital social integralizado ou patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, mediante apresentação de um dos seguintes documentos, conforme a natureza jurídica da empresa:

8.24.2.1. contrato social consolidado devidamente registrado;

8.24.2.2. alteração contratual vigente registrada no órgão competente;

8.24.2.3. certificado da condição de microempreendedor individual – CCMEI, quando aplicável;

8.24.3. Na hipótese de apresentação da documentação prevista no subitem 8.24.1, a Administração poderá exigir, para fins de análise econômico-financeira, os índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), iguais ou superiores a 1 (um), quando cabível.

8.24.4. A licitante que optar pela forma de comprovação prevista no subitem 8.24.2 ficará dispensada da apresentação dos índices contábeis referidos no subitem anterior.

8.24.5. O percentual de 10% (dez por cento) previsto no subitem 8.24.2 será calculado sobre o valor total estimado da contratação ou, quando houver julgamento por item ou grupo, sobre o valor correspondente ao item ou grupo para o qual a licitante apresentar proposta.

8.24.6. As empresas constituídas no exercício financeiro da licitação poderão apresentar balanço de abertura regularmente registrado ou, alternativamente, a documentação prevista no subitem 8.24.1.

8.24.7. Quando se tratar de escrituração contábil digital, serão aceitos documentos emitidos por meio do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhados dos respectivos recibos de entrega, quando exigível.

8.24.8. A Administração poderá promover diligência para verificar autenticidade, atualidade, consistência e suficiência dos documentos apresentados, vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originariamente da habilitação.

Qualificação Técnico-Operacional

8.25. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.25.1. Para fins de comprovação da qualificação técnico-operacional, os atestados deverão demonstrar experiência anterior em serviços de manutenção, instalação, adequação ou operação de biodigestores, sistemas de biogás, sistemas de tratamento de

8.25.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.25.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.25.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.25.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.26. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

8.27. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

8.28. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.29. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.30. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.31. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.32. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF /FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

8.33. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.33.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.33.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.33.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.33.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.33.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.33.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

8.33.6.1. ata de fundação;

8.33.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

8.33.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.33.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

8.33.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

- 8.33.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
- 8.33.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 900.000,00

9.1. O custo estimado total da contratação que corresponde ao valor máximo aceitável é de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1, sendo:

9.1.1. IFSUDEMINAS-CAMPUS MUZAMBINHO

9.1.1.1. Aquisição de Serviços R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

9.1.1.2. Aquisição de Materiais R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) - Não será objeto de disputa desse Pregão;

9.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.2.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o ano de 2026.

10.2. Conforme art. 17, do decreto 11.462 de 31 de março de 2023, " A indicação da disponibilidade de Credito orçamentário somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil".

10.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante Termo Aditivo.

11. Obrigações do Contratado

11.1. As regras acerca de "Obrigações do Contratado" referente à execução deste objeto são aquelas definidas na Minuta do Contrato, anexo a este Termo de Referência.

12. Obrigações da Contratante

12.1. As regras acerca de "Obrigações da Contratante" referente à execução deste objeto são aquelas definidas na Minuta do Contrato, anexo a este Termo de Referência.

13. Infração administrativa

13.1. As regras acerca de Infrações e Sanções Administrativas são aquelas previstas no Termo de Contrato.

14. Elaboração do Termo de Referência

- 14.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.
- 14.2. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Coordenação Geral de Produção, com apoio do Setor de Compras, Contratos e Convênios, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com o Estudo Técnico Preliminar e com o interesse da Administração.

Muzambinho/MG, 25 de maio 2026.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 22/05/2026 às 16:26:04.

RENATO APARECIDO DE SOUZA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 26/05/2026 às 09:48:38.

ZELIA DIAS DE SOUZA

Diretora de Administração e Planejamento



Assinou eletronicamente em 25/05/2026 às 10:38:11.

JULIANO FRANCISCO RANGEL

Coordenador Geral de Produção



Assinou eletronicamente em 22/05/2026 às 16:25:47.